

Destaque da semana

Industrialização “negoceia” financiamentos de fundos

Após ter aprovado 2,6 mil milhões Kz no primeiro OGE 2015 para a construção de pólos de desenvolvimento industriais pelo País, o Executivo reduziu em 64,6% os investimentos.

POR ANTÓNIO PEDRO | FOTOGRAFIA WALTER FERNANDES



O Executivo cortou investimentos de 1,7 mil milhões Kz para industrialização com a revisão do Orçamento Geral do Estado do ano corrente. Estão adiados estudos de avaliação para construção de cinco pólos de desenvolvimento industriais.

Os referidos pólos industriais estão projectados para as províncias de Malanje, de Benguela (no pólo da Catumbela), do Moxico (pólo do Luena), do Kwanza Norte (pólo do Dondo) e Bengo (pólo de Bom Jesus).

Contudo, o Orçamento não excluiu a construção dos pólos de Fútila, na província de Cabinda, de Lucala, no Cuanza Norte, e de Viana, em Luanda, que, juntos, somam investimentos de 952,1 milhões Kz.

Apesar de o Executivo ter avançado com os pólos de Cabinda, Luanda e Cuanza Norte, apenas este último tem a verba inalterada (448,9 milhões Kz), o de Cabinda, com investimento de 1,2 mil milhões Kz, aprovado inicialmente, registou queda de 74% – igual queda teve Luanda, cuja verba inicial de 734,4 milhões Kz passou para 190,9 milhões Kz.

A situação não deixa confortados investidores que remeteram ao Ministério da Indústria planos de construção de fábricas nos pólos com início de infra-estruturação de redes de água, energia eléctrica, telecomunicação, Internet, transportes, e até mesmo com a construção de fábricas em curso, realidade aplicada aos pólos de Lucala, Fútila e Viana.

A preocupação de investidores, conforme apurou o Mercado, não reside apenas nos pólos em infra-estruturação, mas, também, nos projectados cujos estudos de viabilidade estão adiados sem perspectivas elevadas para avançarem no Orçamento Geral do Estado de 2016.

O presidente da Associação Industrial Angolana (AIA), José Severino, admitiu que a situação de crise obriga ao adiamento de investimentos públicos com os pólos excluídos do Orçamento e descredita que em 2016 os gastos públicos com investimentos melhorem de forma considerável.

“É uma dotação orçamental normal, visto que os recursos são menores. Mas isto pode também aguçar o engenho para se encontrarem outras soluções que de uma certa maneira possam colmatar este grande desfasamento em relação ao desejado e ao programado”, amenizou.

Sugere que nesta fase os bancos que operam no País devam formar sindicatos com o propósito de conceder financiamentos aos investimentos na indústria, quer ao Estado, quer aos empresários, para não comprometer-se, mais uma vez, o calendário de industrialização, pois os pólos previstos para conclusão entre 2009 e 2013 ainda estão em construção.

José Severino diz que a crise orçamental que afectou a industrialização tem solução, pois, há muitos meses, a AIA fez lobbies junto de financiadores externos, incluindo fundos de investimentos dos Emirados Árabes Unidos, cujos nomes não são revelados pelo presidente dos industriais.

Segundo José Severino, a crise orçamental que afectou a industrialização tem solução, pois a AIA fez lobbies junto de financiadores externos incluindo fundos de investimentos dos Emirados Árabes Unidos

Disse que a AIA criou corredores junto de financiadores externos, com fundos de investimentos de Abu Dhabi, e os dossiês foram colocados para análise ao Ministério das Finanças. O jornal Mercado, para elucidar o leitor, apresenta na tabela em página os maiores fundos de investimentos dos Emirados Árabes Unidos.

“Dinheiro externo para financiar estes projectos existe, mas cabe ao Ministério das Finanças, onde remetemos propostas, avaliar até que ponto convém o recurso a tais fontes de financiamentos”, esclareceu.

Contudo, explica que não tem sido fácil convencer financiadores externos devido a posição de Angola no Doing Business (posição 181 de 189 países analisados, no estudo de 2015) do Banco Mundial, mas face aos indicadores de melhoria macroeconómica nacional tem havido abertura.

“O ambiente de negócios é a maior preocupação dos financiadores externos, quando confrontados com a nossa posição no Doing Business, mas o constante crescimento da economia a taxas moderadas alimenta um cenário favorável para o nosso País”, reconsiderou.

Recorda-se que o ambiente de negócios é dos factores importantes para a realização de negócios, como condições macroeconómi-

cas, o tamanho do mercado, as qualificações da força de trabalho e a segurança, aspectos a que empresas e investidores estão sempre atentos, para se evitar distorções que imponham custos excessivos às próprias empresas, no intuito de aplicarem dinheiro próprio ou dos bancos comerciais pela via do crédito.

AIA pede apoio ao BNA

A segunda proposta da AIA para a acudir a industrialização, atendendo que o OGE 2016 não trará grandes novidades com a perspectiva de o Executivo manter o rigor orçamental, deixando de parte os financiadores externos, é a formação de um sindicato bancário que integra os maiores bancos do País, para concessão de financiamentos.

“Estamos a tentar concertar em audiência com o governador do BNA a marcação de uma reunião com todos os bancos, para vermos a possibilidade de criação de um sindicato bancário que possa acudir esta situação, mas está muito difícil conseguir a audiência”, lamentou.

O presidente da AIA assegura, de forma insistente, que o Executivo não tornará a abrir a bolsa aos investimentos conforme fazia, enquanto perdurava a crise do preço do barril de crude, cenário que acredita vir a alongar até ao próximo ano, e, quiçá, até 2017.

Por isso, sugere que, internamente, para além de os bancos se associarem em sindicato, o Ministério da Economia devia rever

O cenário macroeconómico actual exige concertação entre o Executivo, o empresariado privado e os financiadores internos

o modelo de financiamento do FACRA – Fundo Activo de Capital de Risco Angolano – quer pela via do total de financiamento já aprovado, quer pela via da carteira de financiamentos previstos, que prevê serem fundos elevados.

Segundo José Severino, o cenário macroeconómico actual exige concertação entre o Executivo, o empresariado privado e os financiadores internos, principalmente, pois “não podem ser as empresas interessadas na construção de fábricas a investir na infra-estruturação dos pólos, senão os custos de produção serão elevadíssimos e o consumidor final pagará também caríssimo pelos produtos acabados”.

Industrialização vs. SADC

Os investimentos nos projectos que visam acelerar a diversificação da economia nacional, entre 2015 e 2017, estão avaliados em 22,7 mil milhões USD, um dado anunciado pelo ministro da Economia, Abrahão Gourgel, aquando da discussão do OGE 2015, antes da revisão do documento, na Assembleia Nacional.

A visão do Executivo é identificar projectos que permitem acelerar a diversificação da economia no curto prazo, entre 18 e 24 meses, a partir do ano corrente, colocando como prioridade a Companhia de Bioenergia de Angola (Biocom), pólo industrial da Kizenga, exploração agrícola Pedras Negras, produção de fosfato, exploração de ouro e o grande projecto mineiro-siderúrgico das minas de Cassinga, na província da Huíla.

Outro projecto siderúrgico é o de Cassala Quitungo, no Cuanza Norte, bem como o de produção e exportação de ferro, apesar da queda gradual da tonelada métrica no mercado internacional, de 80 USD em Outubro passado para aos actuais 55 USD.

A produção de adubos, baseada na indústria derivada do gás, as refinarias do Lobito e do Soyo, nas províncias de Benguela e do Zaire, e os pólos turísticos de Cabo Ledo, Calandula e Okavango – uma das maiores regiões de conservação do mundo – constam dos investimentos prioritários.

Uma vez que o ministro deixou claro que os investidores privados vão ter de mobilizar recursos no exterior para sustentar o valor de investimento, dentro dos 27 mil milhões USD, e face ao aperto do OGE de agora em diante, o presidente da AIA encara riscos elevados pelo facto de Angola ter admitido entrar em 2017 para a zona de comércio livre da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês).

“O assunto é bastante sério, precisamos acelerar a industrialização, que começa a ressentir-se de falta de financiamentos, senão os nossos vizinhos da SADC, particularmente a África do Sul e a Namíbia, terão sempre produtos acabados para comercializar no nosso mercado, e nós não teremos nada para exportar para aqueles países”, alertou.

Opinião



SAMUEL CANDUNDO
Jurista

A importância das agências de notação de risco*

Agora que é recorrente a publicação de notações (rating) das obrigações emitidas pelo Estado angolano, ou de instituições financeiras, associada à dinamização da Bolsa da Dívida e de Valores de Angola (BODIVA), as anotações de risco passaram a ser recorrentes na imprensa angolana. Portanto, mais que justifica neste número de Mercado dedicarmos algumas linhas a estas instituições, analisando o papel que desempenham na funcionalidade dos mercados financeiros. As agências de notação de risco (rating agencies) são empresas especializadas e independentes, que procedem à classificação do nível de risco de instituições e dos títulos que emitem, quer sejam títulos de dívidas, quer sejam acções ou mesmo a avaliação da qualidade de activos das instituições financeiras, como foi o caso recente do Banco Angolano de Investimento (BAI). A avaliação de risco transmite ao investidor ou ao mercado a confiança que se deve depositar no título ou instrumento financeiro que se pretende adquirir. O surgimento da actividade das agências de notação de risco deu-se com a expansão dos negócios nos EUA, em que se acentuou a distância entre os fornecedores de mercadorias e os seus clientes. A relação pessoal que existia inicialmente entre o fornecedor e o cliente esfumou-se com a distância, a multiplicidade de clientes e o volume de mercadorias que eram transaccionadas. Surgem então as agências de notação de mercadorias (mercantile rating agencies), para testar sobre a credibilidade do devedor, publicando as pautas de risco das empresas.

* Continua na próxima edição